



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Brasília

Instituto Federal de Brasília  
*Campus Gama*  
Licenciatura em Química

ANA CAROLINA PIRES MARTINS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM  
NECESSIDADES ESPECÍFICAS:**

Curso Superior Tecnólogo em Alimentos IFB *Campus Gama*

Brasília  
2023

ANA CAROLINA PIRES MARTINS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM  
NECESSIDADES ESPECÍFICAS:**

Curso Superior Tecnólogo em Alimentos IFB *Campus* Gama

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Química do Campus Gama do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Química.

Orientadora: Ma. Fernanda A. França

Brasília  
2023

Martins, Ana Carolina Pires.

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES  
COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: Curso Superior Tecnólogo em  
Alimentos IFB Campus Gama / Ana Carolina Pires Martins ; orientação  
Fernanda Araújo França. — Gama, DF: 2023.  
58 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) — Instituto  
Federal de Brasília, Campus Gama, Gama, DF, 2023.  
Orientador(a): Fernanda Araújo França.

1. Inclusão escolar. 2. Necessidades específicas. 3. IFB. 4. Ensino  
superior. 5. Campus Gama. I. França, Fernanda Araújo, orient. II. Instituto  
Federal de Brasília. III. Título.

Dedico esse trabalho primeiramente à minha mãe, mas também a todas as mães, pais e os próprios estudantes que sofrem dia após dia lutando pela inclusão escolar.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me permitiu viver cada momento da minha vida.

À minha Mamãezinha, Maria de Fátima Pires, que sempre esteve presente e me dando suporte para meu desenvolvimento, batalhando duro para me dar oportunidades, e que não me deixou desistir mesmo quando eu me achava incapaz, acreditando em mim e me ajudando em tudo que podia, mesmo quando ela estava cansada sempre tirou forças de onde não tinha.

À minha família, que não só esteve presente na minha trajetória, como foi a motivação para eu sempre continuar e escolher essa temática para o trabalho.

Ao Muller Araújo do Vale, que foi meu parceiro, e que mesmo não sabendo como fazer, fez tudo que conseguiu para me ajudar.

Aos meus professores que com profissionalismo e amor me ajudaram a aprender, e por muitas vezes tiveram que ter extrema paciência, principalmente a professora Nizamara Simenremis, que me aguentou durante o trabalho de pesquisa e ainda suportou durante por muito tempo minhas dificuldades com o TCC, e mesmo assim não se importou quando mudei de tema.

À minha orientadora Fernanda Araújo França, que apesar de nunca ter me dado aula, aceitou o desafio de ajudar essa completa desconhecida em um trabalho com um curto prazo e que acabei fazendo de tudo para complicar, e mesmo assim não desistiu de mim nem das minhas idéias, me apoiando nessa trajetória de finalização do curso.

Aos meus colegas de curso que caminharam junto comigo, mas principalmente aos meus amigos Renan Duarte Cursino, e Sara Maria de Paula Carvalhedo, que aceitaram minhas excentricidades durante todo o curso, e que mesmo após finalizarem o curso, continuaram buscando me apoiar e ajudar para que eu também finalizasse, e são pessoas que quero levar por toda a vida.

Aos profissionais Dr. Michel Gregório e Larissa Cristina O. Silva, que me ajudaram a reconhecer parte de quem sou e assim trabalhar da maneira certa para ser o melhor que posso ser.

E gratidão à professora Sônia Cristina Hamid que, apesar de ter me dado aula somente no primeiro semestre, me ajudou a suportar o processo de adaptação ao ambiente novo e desconhecido, com suas palavras de apoio e pequenos gestos e atitudes, me deu animo e coragem para continuar.

“Ficar indiferente aos desafios que enfrentamos é indefensável. Se o objetivo é nobre, o fato de ser atingido ou não durante a nossa vida é praticamente irrelevante. O que devemos fazer, portanto, é nos esforçarmos, perseverarmos e nunca desistirmos.”

— Dalai Lama, o 14º.

## RESUMO

A política do Instituto Federal de Brasília (IFB) possui uma abordagem para a inclusão, inclusive das pessoas com necessidades específicas, mas isso não garante sua efetividade na prática. Sendo assim, o foco principal deste trabalho foi investigar a inclusão dos alunos com necessidades específicas nessa instituição. De forma delimitada, buscou-se através de um estudo de caso verificar a implementação das políticas de inclusão para os alunos com necessidades específicas no Curso Superior Tecnólogo em Alimentos do IFB *Campus* Gama. A instituição disponibiliza a esses estudantes o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) como principal setor de suporte, e segundo informações fornecidas por profissionais que atuam nesse setor, o curso escolhido é o mais inclusivo entre os cursos superiores do campus. Mas somente uma opinião ou senso comum não é suficiente para que a afirmação seja verdadeira, sendo importante uma pesquisa e investigação dessa realidade para que se possa ter uma real análise. Dessa forma, a busca pelo real cenário de inclusão partiu da experiência vivenciada por esses estudantes atendidos pelo NAPNE, onde optou-se pela entrevista semi-estruturada. A metodologia escolhida foi a pesquisa de caráter qualitativo, realizando o tratamento dos dados pela categorização de Bardin (1977) e a busca de forma quantitativa a identificação de padrões resultantes das categorias. Após o levantamento dos aspectos legais e obtenção de informações disponibilizadas, o tratamento e análise dos dados resultaram em diversos pontos e aspectos que contribuem tanto para ratificar quanto para retificar a hipótese de inclusão existente na instituição.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; Necessidades específicas; IFB; Ensino superior; *Campus* Gama.

## ABSTRACT

The policy of the Instituto Federal de Brasília (IFB) has an approach to inclusion, including people with specific needs, but this does not guarantee its effectiveness in practice. Therefore, the main focus of this work was to investigate the inclusion of students with specific needs in this institution. In a delimited way, we sought through a case study to verify the implementation of inclusion policies for students with specific needs in the Higher Technologist in Food Course at IFB Campus Gama. The institution makes available to these students the Nucleus for Assistance to People with Specific Needs (NAPNE) as the main support sector, and according to information provided by professionals working in this sector, the chosen course is the most inclusive among the higher education courses on campus. But only an opinion or common sense is not enough for the statement to be true, being important a research and investigation of this reality so that a real analysis can be made. In this way, the search for the real scenario of inclusion started from the experience lived by these students assisted by the NAPNE, where the semi-structured interview was chosen. The chosen methodology was a qualitative research, performing the treatment of data by categorization of Bardin (1977) and the search in a quantitative way to identify patterns resulting from the categories. After surveying the legal aspects and obtaining available information, the treatment and analysis of the data resulted in several points and aspects that contribute both to ratify and to rectify the existing inclusion hypothesis in the institution.

**Keywords:** School inclusion; Specific needs; IFB; University student; *Campus Gama*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECÍFICAS .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIFICAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPITULO 2 – METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPITULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1. CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE A — MODELO DO TERMO CE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE B — QUESTIONARIO QUALITATIVO PARA COORDENAÇÃO DO NAPNE.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência é relativamente recente na história, mas a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Brasil, se apresenta como uma vitória na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, reconhecendo que as barreiras enfrentadas por essas pessoas são responsabilidade da sociedade, bem como a responsabilidade de diminuir e remover essas barreiras. (BRASIL, 2009)

É importante que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, tenham a oportunidade de contribuir plenamente para a sociedade e concretizar seu potencial, sendo a educação um grande passo para a transformação disso em realidade. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ratifica os direitos adquiridos, especificando os direitos educacionais das pessoas com necessidades específicas, afirmando que deve ocorrer de forma inclusiva durante toda a vida. Sendo assim, a educação superior também deve ser inclusiva, preferencialmente nas classes regulares, de forma que não ocorra somente a entrada desses estudantes, mas também a permanência e o desenvolvimento, tanto acadêmico e profissional, quanto pessoal. (BRASIL, 2008a)

Uma instituição que oferece cursos de ensino superior e possui em sua política a educação inclusiva é o Instituto Federal de Brasília (IFB), que destaca a ação do Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) como principal setor de atendimento e suporte para as pessoas com necessidades específicas. (MEC, 2013)

Verificar a implementação das políticas de inclusão neste curso através das observações dos próprios estudantes atendidos pelo NAPNE é um meio para analisar a política inclusiva do IFB, podendo revelar potenciais aspectos facilitadores ou complicadores para a concretização de uma educação inclusiva.

A presente pesquisa teve então como foco principal analisar a inclusão após o ingresso na instituição, dos alunos com necessidades específicas, de forma delimitada como um estudo de caso com o Curso Superior Tecnólogo em Alimentos do Instituto Federal de Brasília - Campus Gama.

## **CAPÍTULO 1 – DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECÍFICAS**

### **1.1 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO BRASIL**

Os direitos das pessoas com deficiência foram conquistados de forma lenta e a partir de muita luta. Na Idade Média começaram a ser vistas como humanas, cuidadas pelas famílias devido às crenças religiosas, mas consideradas como um tipo de punição divina. Depois disso elas começaram a ser responsabilidade da sociedade, mas sendo isoladas em abrigos ou asilos. Durante muito tempo a deficiência ou transtorno eram definidas por um modelo biomédico onde a responsabilidade era imposta para a pessoa que era considerada portadora. (DA SILVA, 1987)

Mais recentemente foi reconhecida, no preâmbulo da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por decreto, que a deficiência não é da pessoa, mas é resultante da interação com as barreiras encontradas, existindo na diversidade de pessoas com deficiência uma infinidade de potencialidades que precisa da sua plena participação na sociedade. Além disso, o art. 19 desse documento reconhece que as pessoas com deficiência têm direito à liberdade e vivem em comunidade, devendo o Estado tomar medidas para garantir a inclusão. Ainda nesse decreto, acatando a Convenção das Nações Unidas (ONU), é incumbido ao Estado assegurar que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior com a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. (BRASIL, 2009)

A partir da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) tem-se a seguinte definição de pessoa com deficiência,

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

Atribuindo também a responsabilidade da proteção destes sujeitos à sociedade e ao governo, de forma que tenham direito a igualdade, capacidade civil plena e não sofram nenhum tipo de discriminação,

Art. 4º § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p.3).

Dessa forma, caso ocorra algum tipo discriminação devem ser aplicadas as devidas sanções e punições de acordo com a Lei Nº 14.532/2023 “art.140 § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”. (BRASIL, 2023, p.1)

A partir da Lei nº 12.764/2012, usando a nova definição de deficiência, foram incluídas legalmente as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que passaram a ter garantidos também todos os direitos reservados às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2012)

Já o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), mesmo sendo um impedimento a longo prazo que afeta sua participação plena na sociedade, não é considerado uma deficiência legalmente, ainda que suas características tendem a se enquadrar na atual definição de pessoa com deficiência. Mas atualmente existe o Projeto de Lei 2630/21 que busca justamente classificar a pessoa com TDAH como pessoa com deficiência. (BRASIL, 2021)

Ao analisar a legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência é possível observar que um grupo que conseguiu muita representatividade no decorrer do tempo é a comunidade surda, que conquistou antes da Convenção da ONU, ratificada pelo Brasil em 2008, voz no meio político e o direito a ter a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação, além de apoio ao seu uso e difusão com a institucionalização e mudanças para inclusão na educação. (BRASIL, 2002)

Desde a ratificação da Convenção da ONU, o Brasil precisou realizar medidas para proporcionar a oportunidade das pessoas com deficiência de se desenvolverem, garantindo a formação profissional e liberdade de escolha de trabalho, sempre em condições dignas.

O acesso ao trabalho é essencial para a dignidade da pessoa humana, a qual as pessoas com necessidades especiais também têm direito à igualdade de oportunidades. Dessa forma essa inclusão no mercado de trabalho deve ser efetiva, sendo um processo de inserção primeiramente escolar, considerando sempre suas necessidades, limitações e possibilidades de desenvolvimento. (PAGNO, 2014)

Com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a inclusão escolar de alunos com necessidades específicas passa a ser transversal desde a educação infantil até a educação superior a partir da oferta do atendimento educacional especializado, garantia de acessibilidade, além da participação da família e da comunidade. (BRASIL, 2008a)

Quando se fala em educação especial nessa nova perspectiva, ela passa a contribuir para a inclusão escolar, já que não deve mais ser substitutiva ao ensino comum, mas sim ser realizada junto do ensino comum, sempre garantindo o atendimento inclusivo aos estudantes. (MANTOAN, 2003)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB), com suas atualizações mais recentes, garante o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Mas para garantir ocorra a real inclusão das pessoas com necessidades específicas acrescenta ainda que a educação especial, cujo público-alvo são as pessoas com necessidades específicas, também se estenderá ao longo da vida. Como consequência, tem-se que a oferta dos serviços da educação especial pelos sistemas de ensino passa a ser obrigatória em todos os níveis, etapas e modalidades. Sendo indispensável para a inclusão, este é um direito dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

A educação especial segundo o Decreto Nº 7.611/11, deve garantir os serviços de apoio especializado, sendo realizada preferencialmente em classes regulares, de forma a garantir a inclusão, por meio do Atendimento Educacional Especializado. (BRASIL, 2011)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ter sua oferta institucionalizada no Projeto Pedagógico da instituição, prevendo professores para o AEE, que possuam não só qualificação para a docência, mas também a qualificação

específica para trabalhar na Educação Especial, sendo que a existência desse profissional não minimiza a necessidade dos professores do ensino regular se capacitarem para a integração dos alunos atendidos. (BRASIL, 2011)

Entre as atribuições da educação especial está a educação bilíngue para surdos, com Libras como primeira língua, com o direito ao aprendizado de Libras e em Libras. A LDB , e suas atualizações, no que concerne sobre a educação bilíngue, ainda garante o atendimento aos estudantes não somente na educação básica, mas também na educação superior, sem retirar o poder de decisão do aluno ou responsável sobre ter libras ou não como primeira língua, caso de alguns surdos oralizados com ou não próteses/implantes, e garantindo o acesso a tecnologias assistivas para todos. (BRASIL, 1996)

Ao passar para as pessoas que não possuem um fenótipo, podemos citar a NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE - Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 que frisa que a inclusão escolar dos estudantes com transtorno do espectro autista é fundamental a articulação entre o ensino comum, os demais serviços e atividades da escola e o Atendimento Educacional Especializado – AEE. (BRASIL, 2013)

## **1.2. MARCOS LEGAIS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS**

É importante que instituições de ensino sejam meios inclusivos pois, além de ser um direito de todas as pessoas uma educação de qualidade, elas são o principal meio de formação da sociedade, o berço da formação dos indivíduos desde a educação básica até a educação profissional, moldando e orientando o comportamento para além de uma formação acadêmica, uma formação social.

O Instituto Federal de Brasília (IFB) é uma instituição pública que oferece qualificação profissional e tecnológica gratuita no Distrito Federal com o objetivo geral de formar o cidadão para o mundo do trabalho. Os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia foram criados em 2008 assumindo o compromisso social que propõe uma educação profissional voltada para a inclusão de jovens e adultos e de trabalhadores e que beneficie o desenvolvimento socioeconômico local e regional. (BRASIL, 2008b)

Dentro dessa perspectiva inclusiva, e atendendo um percentual significativo de pessoas com necessidades educacionais específicas e outras vulnerabilidades, a política do (IFB), tem como um de seus alicerces a inclusão, tanto na questão econômico, étnico-racial e de gênero, quanto na questão das pessoas com necessidades específicas. Para garantir esse compromisso institucional inclusivo possui diversos setores voltados para o acolhimento, acompanhamento e assistência dos estudantes. (BRASIL, 2008B)

Visando assegurar o direito à Inclusão de todas as pessoas, o IFB instituiu, em 2013, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), criado por Portaria por cada *campus*. Atua como um setor consultivo, que responde pelas atividades de inclusão das pessoas com necessidades específicas e inclui em suas atribuições prestar auxílio aos dirigentes do campus quando a inclusão. (MEC, 2013)

Além disso, elabora juntamente com outros setores, as ações de atendimento e adequação curricular das pessoas com necessidades específicas, nas quais de acordo com o regulamento, estão enquadrados os estudantes com deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento. (MEC, 2013)

O Regulamento do NAPNE define que a equipe do NAPNE é formada por funcionários voluntários, não sendo necessária nenhuma formação ou especialização na área de inclusão para nenhum membro, e somente o coordenador, eleito para um período de dois anos passíveis de uma única recondução, passará por uma capacitação fornecida pela Pró-reitoria de Extensão. Tal capacitação não é especificada no regulamento, nem existe neste documento qualquer determinação de em quanto tempo após a nomeação ela deve acontecer. (MEC, 2013)

O NAPNE apresenta entre suas finalidades e atribuições a busca pela quebra de barreiras, incluindo, na medida do possível, as atitudinais. Essas barreiras atitudinais são um desafio para a inclusão, pois devem partir dos indivíduos, não somente da instituição, mas sua presença nas regulamentações educacionais é um grande avanço. Quanto à barreira física, de forma mais específica, regulamenta que a sala do Napne deverá dispor de acessibilidade física, espacial e mobiliária, mesmo sem designá-la como Sala de Recursos. (MEC, 2013)

No trabalho de Rocha e Campus (2015), elas perceberam que o NAPNE ainda não era o centro de oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em 2013, pois somente 3 *campus* dos 38 Institutos Federais possuíam AEE, apesar de ser de oferta obrigatória. Em 2023, 10 anos depois, o IFB ainda não oferta o AEE como atribuição do NAPNE, e nem de outro setor, em nenhum de seus *campi*.

Diante dessa realidade, essa pesquisa busca verificar a implementação das políticas de inclusão dos alunos com necessidades específicas no curso Tecnólogo em Alimentos do campus IFB Gama. Visando abordar, mais especificamente, o ponto de vista dos estudantes deste curso atendidos pelo NAPNE, principal lócus de atuação no processo de inclusão, analisando uma perspectiva da real vivência dos alunos atendidos por essa política. (MEC, 2013)

## CAPITULO 2 – METODOLOGIA

Com base nas definições de Gil (2002), o presente trabalho consiste em uma pesquisa aplicada de caráter exploratório, ao envolver tanto levantamento bibliográfico como entrevistas, que visa, utilizando o estudo de caso, observar em qual medida os estudantes com necessidades específicas sentem que estão realmente sendo incluídos.

O estudo de caso, utilizado no trabalho, é uma estratégia de pesquisa para investigar acontecimentos e comportamentos, buscando identificar, através de diferentes instrumentos de obtenção de dados, resultados que apresentem hipóteses para a causa e motivo de um alvo específico (YIN, 2001).

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, ao serem baseados em uma experiência vivida por um grupo de pessoas expressadas livremente, não passível de ser representada de forma numérica, com um processo não matemático de interpretação, mas também com uma parte quantitativa, ao procurar uma proporção entre determinados padrões de resposta (GIL, 2022). A coleta de informações ocorrerá a partir de fontes primárias e secundárias. A pesquisa inclui, em primeiro lugar, o levantamento dos dados de fontes secundárias na forma de levantamento bibliográfico, como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a), além de legislações e normas do IFB voltadas para a inclusão e de trabalhos na área. Promovendo assim uma base teórica para o posterior contato com as fontes primárias, as quais consistiram de entrevistas e de observação como instrumentos de pesquisa.

Sendo assim, o primeiro passo nesse estudo de caso foi o compilar da literatura por uma visão mais abrangente, consistindo na legislação geral da educação inclusiva. Logo após, foram acrescentadas as literaturas mais específicas para o caso analisado, consistindo nas legislações, políticas e regulamentações do IFB voltadas para a educação inclusiva, buscando também as referentes ao *campus* Gama – área foco da pesquisa.

Ademais, devido ao setor responsável por mediar o processo inclusão de estudantes que possuem necessidades específicas de aprendizagem ser Núcleo de

Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), tendo extrema importância no processo de inclusão dentro dos Institutos Federais, tornou-se indispensável o recolhimento de informações sobre esse setor, acrescentando-as assim ao restante da literatura selecionada.

Iniciando a obtenção de dados de fontes primárias, foi realizado o contato com a coordenação do NAPNE do *campus*, para obtenção de informações quanto ao funcionamento e às práticas que efetivamente são realizadas no setor. Prosseguindo a coleta de informações foi realizada a análise sobre a percepção dos profissionais do *campus* quanto a inclusão nos cursos superiores e escolha da unidade-caso, definida no estudo como o Curso Superior Tecnólogo em Alimentos.

Retornando novamente o contato com a coordenação do NAPNE, foram obtidas as informações básicas dos estudantes do curso Superior Tecnólogo em Alimentos do IFB *Campus* Gama, cadastrados no NAPNE e regularmente matriculados em ao menos um componente curricular diferente de Trabalho de Conclusão de Curso.

Por intermédio dos monitores do NAPNE, foi solicitada a autorização dos estudantes cadastrados para contato e participação na pesquisa. Durante o período de contato e aceite de participação, ocorreu a criação do questionário semiestruturado a ser utilizado nas entrevistas.

Para as entrevistas, todos os estudantes participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A realização das entrevistas ocorreu de forma oral, contando com o apoio e presença do monitor do estudante em caso de necessidade, e efetuando-se a gravação em áudio para a posterior transcrição.

As entrevistas realizadas são do tipo semiestruturadas e foram entrevistados cinco alunos com necessidades específicas matriculados no curso Tecnólogo em Alimentos. As perguntas foram construídas com propósito de direcionar o diálogo investigador-entrevistador em busca de objetivos, tais como: verificar a percepção dos alunos com necessidades específicas quanto às políticas de inclusão; compreender o papel do NAPNE no processo de aprendizagem e permanência dos alunos com necessidades específicas do Curso Tecnólogo em Alimentos do *Campus* Gama e ainda compreender a efetividade das políticas de permanência e êxito (acadêmico,

profissional e crescimento pessoal) para alunos com necessidades específicas no ensino superior. Também intencionou-se compreender o reflexo da atuação dos professores no processo de ensino-aprendizagem e ainda buscar informações acerca dos motivos que mantiveram estes alunos na instituição.

**TABELA 1 — QUESTIONÁRIO QUALITATIVO SEMI-ESTRUTURADO ESTUDANTES**

<b>Nº</b>	<b>Pergunta</b>
1	Você se sente incluído em cada esfera do IFB, quanto a política do IFB, quanto ao campus, quanto aos professores e quanto aos colegas?
2	Qual a sua opinião sobre o suporte recebido dentro do IFB para suas especificidades? É adequado?
3	O que fomentou sua permanência, ou não, no fluxo do curso?
4	O seu desempenho acadêmico e de aprendizado está de acordo com o que você espera? Por quê?

Fonte: Dados da pesquisa

Para Triviños (1987) as perguntas utilizadas para a entrevista devem ter objetivos definidos a fim de “determinar as razões imediatas ou mediatas do fenômeno social. Podem significar verdadeiro processo de conscientização tendente a esclarecer as possibilidades de transformação de determinado fenômeno” (p. 150).

Com base nisso, a organização dos dados obtidos através das entrevistas consiste em tabulação dos dados para que sejam analisados com intuito de atingir os objetivos propostos na pesquisa, de forma sempre a garantir o anonimato dos estudantes participantes, identificados por letras. Assim, os 5 participantes desta pesquisa serão identificados somente como **Estudante A**, **Estudante B**, **Estudante C**, **Estudante D** e **Estudante E**.

A obtenção dos resultados consiste primeiramente na análise categorial das entrevistas, embasada na análise de conteúdo de Bardin (1977), e consistindo na categorização e classificação dos pensamentos por características em comum dos

conteúdos expressos nas transcrições. Em seguida foi realizada a comparação de todos os dados colhidos, tanto por fontes primárias quanto secundárias, buscando a formulação de hipóteses sobre porque alunos com necessidades específicas estão dispendo, ou não, de suporte em uma efetiva inclusão e possibilidades para posterior melhoria ou expansão das técnicas e atitudes vistas como satisfatórias.

## **CAPITULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS**

### **3.1. Características dos Entrevistados**

No contexto do *campus* Gama existe um pensamento, por parte dos profissionais do NAPNE e de professores, que o Curso Tecnólogo em Alimentos é menos capacitista e mais inclusivo. No entanto, essa percepção de inclusão pode não estar ocorrendo na prática, sendo importante buscar a verificação, na qual possam ser identificados os possíveis motivos do sucesso ou não sucesso para posteriores melhorias ou/e expansão da política de inclusão.

Diante disso foram entrevistados os estudantes desse curso atendidos pelo NAPNE, com matrícula ativa e que estejam cursando ao menos uma disciplina que não seja Trabalho de Conclusão de Curso. Esse pré-requisito garante que os participantes da pesquisa estejam efetivamente na realidade das aulas e convivência do campus.

Para garantir o anonimato desses alunos, eles estão identificados por letras maiúsculas e não é feita diferenciação de gênero durante a apresentação dos dados. São nomeados como: Estudante A, Estudante B, Estudante C, Estudante D e Estudante E. Além disso, todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo está presente no Apêndice A.

Em contatos diretos com a coordenação do NAPNE, que sempre esteve à disposição para esclarecimento de dúvidas durante a pesquisa, e durante conversa com os entrevistados, foram obtidas informações sobre várias características dos entrevistados. Estes dados estão apresentados em tabelas.

O motivo do cadastro no NAPNE de cada aluno participante está na Tabela 2. Como informações de cada aluno sobre orientações para o contexto acadêmico e práticas pedagógicas preliminares – antes do início escolar – são importantes para uma programação de atendimento e adaptações necessárias, a Tabela 3 apresenta as informações prévias de cada estudante no início do curso. Já na Tabela 4 é possível conhecer a prática de adaptação curricular para cada aluno. Na Tabela 5 são apresentadas as adequações didáticas atualmente indicadas e na Tabela 6 qual a

situação atual desses alunos quanto ao acompanhamento da grade prevista no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC).

**TABELA 2 — MOTIVO CADASTRO**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	Inicial: Laudo de deficiência física, congênita, que gerou um leve problema nos dedos. Adicional: Tem dificuldade de progredir no curso por problemas emocionais.
Estudante B	Inicial: Laudo Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Adicional: Ansiedade com tratamento medicamentoso.
Estudante C	Inicial: Laudo Autismo infantil (desatualizado). Adicional: Autismo verbal, demonstrando um menor nível de suporte (sem laudo atualizado).
Estudante D	Inicial: Laudo Autismo infantil (desatualizado). Adicional: Autismo verbal, demonstrando de forma visível um moderado nível de suporte, sendo perceptivas algumas características do estereótipo (sem laudo atualizado).
Estudante E	Inicial: Laudo de surdez profunda, com uso de implante coclear bilateral. Adicional: Surdo oralizados sem domínio de LIBRAS.

Fonte: Dados da pesquisa

A educação Bilíngue é um direito das pessoas surdas, segundo a LBI (BRASIL, 2015) Mas para ter acesso ao ensino em Libras, o aluno deve dispor de um profissional de apoio intérprete qualificado. Nos casos em que o aluno não saiba Libras, surdo oralizado, é preciso uma postura do professor de forma a facilitar a leitura labial. Existe ainda, para quem usa implante ou aparelhos, o uso de equipamentos que facilitem a escuta.

Para as pessoas com deficiência física, a estrutura do IFB já segue as normas legais para acessibilidade. Já no caso específico do Estudante A, como é uma deficiência física na mão, existiria a possibilidade de necessitar de auxílio para transcrição.

Para os estudantes com transtorno do espectro autista é assegurada a oferta dos serviços da educação especial como atendimento educacional especializado e profissional de apoio, este último em caso de necessidade individual do estudante. (BRASIL, 2013)

Para os alunos com TDAH as orientações educacionais normalmente são apresentadas em relatório médico, com frequente indicação de acompanhamento psicopedagógico, além de maior duração para realização das avaliações e sala separada.

**TABELA 3 — INFORMAÇÕES PRÉVIAS**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	Sem necessidade de acessibilidade e sem necessidade de auxílio em sala para transcrição, segundo o laudo.
Estudante B	Dados sobre o conhecimento adquirido diante do desenvolvimento de práticas com base na tentativa e erro dos profissionais da experiência no ensino médio cursado no próprio campus, juntamente com informações fornecidas no laudo apresentado pelo estudante.
Estudante C	Não foram obtidas informações sobre as adaptações pedagógicas com os familiares nem com o laudo, pois não apresenta informações que orientem a prática pedagógica. O Instituto Federal de Brasília realizou contato com as escolas anteriores, mas devido a diferença entre os níveis de ensino, as informações obtidas não se fizeram relevantes. Possui dificuldades na comunicação, mas sem conhecimento sobre a necessidade de profissional de apoio.

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante D	Dados sobre o conhecimento adquirido diante do desenvolvimento de práticas com base na tentativa e erro dos profissionais da experiência no ensino médio cursado no próprio campus, e não necessita de profissional de apoio devido ao seu atual baixo nível de suporte, mas o laudo não apresenta informações que orientem a prática pedagógica.
Estudante E	Orientações fornecidas pelo estudante e familiares, como o estudante não precisar de intérprete devido ao implante e possuir um aparelho com microfone que possibilita a fala do professor ficar como foco da escuta do estudante.

Fonte: Dados da pesquisa

Os conhecimentos prévios sobre o estudante são de extrema importância e utilidade para orientar as ações da instituição, além de diminuir as barreiras muitas vezes impostas pelos próprios profissionais da educação. Isso foi comprovado por Nascimento et. al (2013) em sua pesquisa realizada em um dos *campus* do IFB, que apesar de mostrar uma experiência exitosa no ensino superior com um aluno do Transtorno do Espectro Autista (na época ainda não atualizada a classificação como espectro, sendo laudado com Síndrome de Asperger), relata que no próprio *campus* já haviam ocorrido experiências anteriores mal sucedidas.

Nesse caso do êxito apresentado, a resistência dos profissionais somente foram superadas graças ao contexto extremamente específico: os pais entraram em contato antes mesmo de efetuar a inscrição, questionando se o curso teria capacitação para recebê-lo e informando as características do filho, além do fato de a necessidade de um monitor para o aluno poder ser suprida, pois para a turma já tinham designados dois monitores para assessorar os estudantes em sala. Isso tudo possibilitou a criação de uma metodologia totalmente específica para a situação antes mesmo do início das aulas, o que confirma a importância das informações prévias para ajudar na escolha das ações de inclusão. (NASCIMENTO et. al, 2013)

Entrando por vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD) a análise sobre a possibilidade de adaptação curricular é automática, mas pode ser realizada para os demais alunos cadastrados no NAPNE. Nela será verificada a necessidade

de mudanças no currículo, como qual será a oferta de disciplinas por semestre, a flexibilização da duração do curso e até flexibilização das habilidades e competências que o estudante precisará ter para ser aprovado na disciplina, sendo assim as mudanças realizadas em algum aspecto do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) para a inclusão do estudante (MEC, 2020).

**TABELA 4 — ADAPTAÇÃO CURRICULAR**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	Sem necessidade de adaptação curricular.
Estudante B	Mesmo ocorrendo adaptação curricular no ensino médio, ainda não se fez necessária adaptação curricular no ensino superior devido a liberdade para a escolha de disciplinas no semestre, mas está em acompanhamento e caso necessário, devido ao período de integralização do curso, pode ser realizada adaptação curricular.
Estudante C	Grande adaptação curricular, realizada semestralmente, com possibilidade de quebra de pré-requisitos, para além de serem cursadas uma quantidade menor de componentes semestrais, que também possam ser escolhidas matérias de forma a balancear o nível de dificuldade entre elas pensando na capacidade do estudante. Devido ao nível de necessidade de adaptação curricular, no diploma irá constar as habilidades que foram efetivamente conquistadas.
Estudante D	Sem necessidade de adaptação curricular.
Estudante E	Sem necessidade de adaptação curricular.

Fonte: Dados da pesquisa

As adaptações Curriculares severas, em caso de flexibilização de habilidades e competências ou de disciplinas para conclusão do curso (como em casos de impossibilidade de o aluno cursar alguma componente), no certificado de conclusão do curso irá constar as habilidades e competências previstas no PPC que foram adquiridas diante da modificação e flexibilização.

A adaptação curricular é atualmente realizada pela comissão composta pela Coordenação pedagógica, Coordenação do NAPNE (quem preside), Coordenação da Assistência Estudantil, Coordenação de Registro Acadêmico e DREP. Mesmo sem a obrigatoriedade, o Coordenador do Curso é convidado, e por vezes são realizadas consultas ao colegiado. As Adaptações Curriculares no curso são realizadas semestralmente.

A adaptação curricular realizada atualmente para o Estudante C é considerada severa, sendo indispensável para a inclusão do estudante, mas com grandes mudanças quanto ao PCC do curso de forma que são avaliadas a cada semestre as matérias que será capaz de cursar no semestre seguinte, e quais aspectos dessas disciplinas serão necessários para a aprovação. Diante disso o Certificado do curso somente apresentará as habilidades e competências realmente adquiridas pelo aluno durante o curso.

As flexibilizações feitas pela equipe pedagógica para a inclusão dos alunos são chamadas de adequações didáticas, como por exemplo prova adaptada, prova oferecida em local e/ou horário diferente, avaliações e atividades diferenciadas, ou qualquer modificação didática para a inclusão do aluno.

Essa informação foi fornecida pela coordenação do NAPNE por ainda não constar na documentação oficial do IFB, mas que está em vias de se tornar uma orientação oficial, pois é um assunto relevante e presente para o tema de uma Nota Técnica que vai organizar o fluxo para as adaptações curriculares e que já tem comissão instituída.

**TABELA 5 — ADEQUAÇÃO DIDÁTICA**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	Não são realizadas adequações didáticas.
Estudante B	Prova adaptada e maior duração, com possibilidade de sala separada.
Estudante C	Prova adaptada e maior duração, com possibilidade de sala separada e/ou momento separado, e se for necessário, auxílio do monitor. Atividades também adaptadas.

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante D	Prova adaptada e maior duração, com possibilidade de sala separada.
Estudante E	Os professores usam um equipamento que contém um microfone conectado a um receptor no implante coclear do estudante.

Fonte: Dados da pesquisa

Os estudantes atendidos pelo Napne muitas vezes fazem a prova em sala separada, sendo realizada toda uma organização para a aplicação das provas. Os professores então entregam as provas para que os estudantes possam realizá-las nesse espaço separado, sendo a prova adaptada ou não. A duração da aplicação da prova também pode ser maior, inclusive com o auxílio dos monitores para durante a prova para leitura ou/e transcrição.

Para os alunos com Adaptação Curricular, também podem ser realizadas modificações na conteúdo cobrado nas avaliações, dentro da adequação orientada pela comissão.

Outro aspecto de grande relevância é o acompanhamento da grade prevista no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC), pois ela é a expectativa de duração para o estudante com êxito durante todo o tempo de curso em todas as matérias de modo constante.

O curso tecnólogo em alimentos tem duração de 3 anos segundo o PPC do curso (MEC, 2017), sendo estes distribuídos em 6 semestres. Após análise dos anos de entrada e dos semestres atuais, bem como reprovações, os alunos A, B e C (60% dos sujeitos analisados) não conseguirão concluir o curso nessa duração, e o aluno D depende do não choque de disciplinas, além de conseguir conciliar um maior número de matérias em um único semestre, para conseguir concluir em 3 anos.

**TABELA 6 — ACOMPANHAMENTO DA GRADE PREVISTA NO PPC**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	Não está acompanhando o fluxo do curso.

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante B	Não está acompanhando o fluxo do curso.
Estudante C	Não está acompanhando o fluxo do curso.
Estudante D	Semestre correto devendo uma disciplina.
Estudante E	Está acompanhando o fluxo do curso.

Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados coletados no NAPNE são importantes para compreender o ponto de partida e quais têm sido as ações institucionais para garantir o direito constitucional de acesso, permanência e êxito nas instituições de ensino com condições de igualdade. (BRASIL, 1988)

### **3.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS**

A pesquisa foi realizada em 2022, durante o segundo semestre do ano letivo (2022-2) de forma presencial ou pelo google meet, as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para que se pudesse analisar os dados coletados. Os dados resultantes das entrevistas foram tabelados, tabelas de 7 a 15, seguindo o tratamento de dados qualitativos por categorização comentados por Bardin (1977), e a partir dessa categorização foram obtidos os dados quantitativos, apresentados nos gráficos de 1 a 9, utilizando a frequência de cada padrão de resposta.

A categorização resultante foi : Opinião quanto ao *campus* em geral (Tabela 7 e Gráfico 1); Opinião quanto ao comportamento dos colegas (Tabela 8 e Gráfico 2); Opinião quanto a ação do NAPNE (Tabela 9 e Gráfico 3); Opinião quanto a ação dos monitores (Tabela 10 e Gráfico 4); Opinião quanto ao comportamento dos professores (Tabela 11 e Gráfico 5); Opinião quanto a busca de *feedback* por parte dos professores (Tabela 12 e Gráfico 6); Opinião quanto aos motivos do acompanhamento, ou não, da grade prevista no PPC (Tabela 13 e Gráfico 7); Opinião quanto ao aprendizado efetivo (Tabela 14 e Gráfico 8); Opinião quanto às carências do suporte oferecido pelo *campus* e sugestões (Tabela 15 e Gráfico 9).

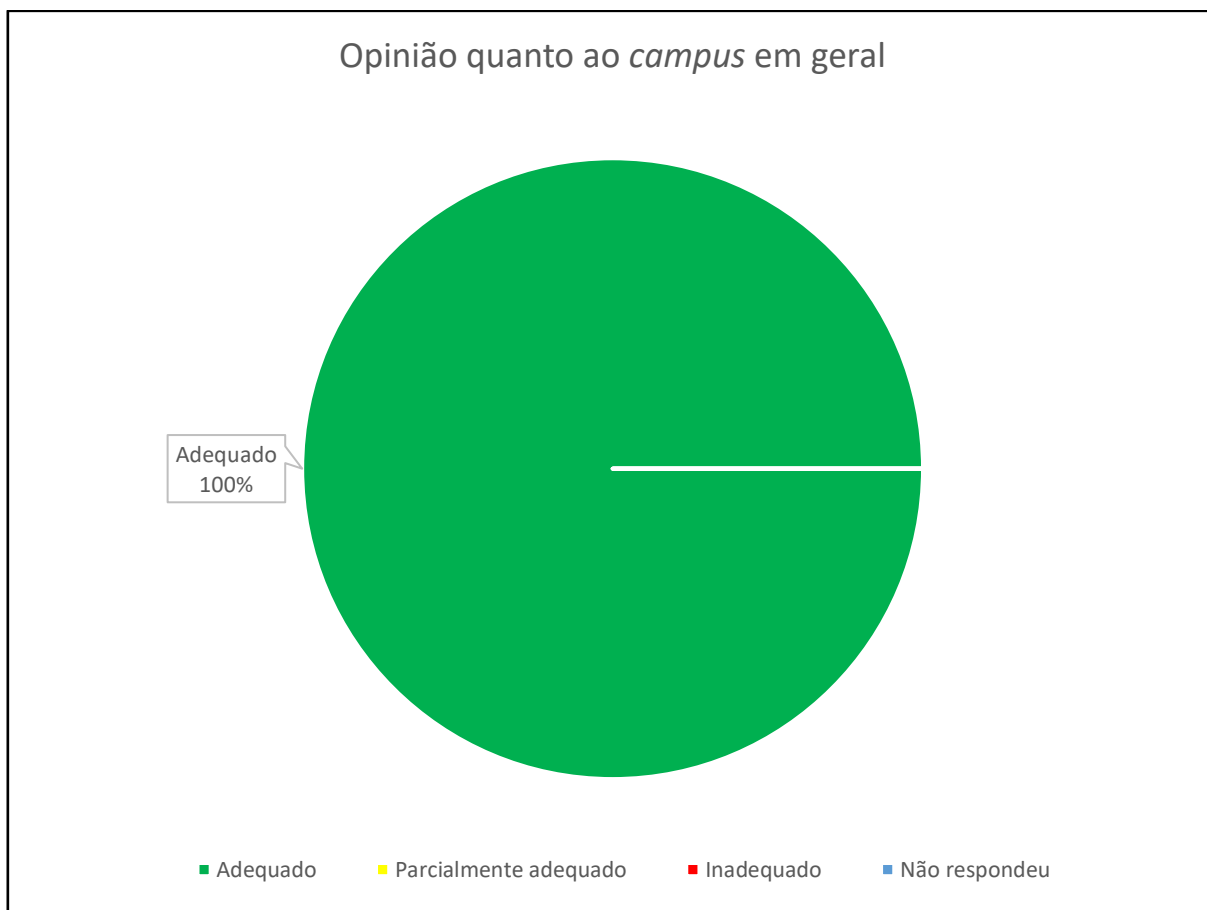
TABELA 7 — OPINIÃO QUANTO AO CAMPUS EM GERAL.

Entrevistado	Dados informados
Estudante A	<p>Considera adequado, mas com falhas na parte estrutural por falta de recurso para uma correta adequação.</p> <p>“Só na parte estrutural que ele é muito limitante, mas isso já é parte governamental, eles têm que ter os recursos para poder fazer alguma melhoria no campus”</p>
Estudante B	<p>Considera adequado, mas acha que é um pouco bagunçado, o que gera uma dificuldade em entender a organização e competências de cada setor do <i>campus</i>.</p> <p>“Em questão do campus, assim, é uma bagunça”</p> <p>“As pessoas NAPNE vieram atrás, perguntaram se eu estava tendo dificuldade, e eu estou tendo monitor.”</p>
Estudante C	<p>Considera adequado.</p> <p>Considera que se sente incluída no campus.</p> <p>“Sim.”</p>
Estudante D	<p>Considera adequado quando comparado a outras instituições.</p> <p>“Sim, em comparação com outras é bem melhor.”</p>
Estudante E	<p>Considera adequado quando comparado a outras instituições que já estudou.</p> <p>“Eu estudei numa escola particular e eu entendo perfeitamente que tentaram de tudo para me incluir, e minha mãe já brigou várias vezes.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa

É possível perceber a partir das respostas dos alunos, apresentadas na tabela 7 e no gráfico 1, que todos os alunos, quando observam sem pormenorizar, se sentem incluídos no *campus*, considerando adequada a inclusão que vivenciam no instituto.

**GRÁFICO 1 — OPINIÃO QUANTO AO CAMPUS EM GERAL.**



Fonte: Dados da pesquisa

Durante as respostas 2 estudantes demonstraram que sua opinião sobre o *campus* se deve, principalmente, a comparações com outras instituições em que estudaram. Além disso, outros 2 estudantes apresentaram observações sobre o que consideram falhas dentro do *campus*, mas que não sentiram que isso muda a opinião sobre a inclusão realizada.

Uma dessas observações é sobre a parte estrutural do *campus*, pois a sala no NAPNE é acessível, mas segundo o Estudante A, outras salas imprescindíveis para o atendimento dos alunos também deveriam observar esses aspectos, já que espaços como a coordenação pedagógica do *campus* Gama são localizados no andar superior do bloco administrativo, e que apesar de possuir um elevador, ele apresenta problemas com uma certa frequência. O Estudante A ainda acredita que por causa das questões burocráticas, o conserto e manutenção possam demorar a ocorrer, o que acarreta em dificuldades para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

**TABELA 8 — OPINIÃO QUANTO AO COMPORTAMENTO DOS COLEGAS**

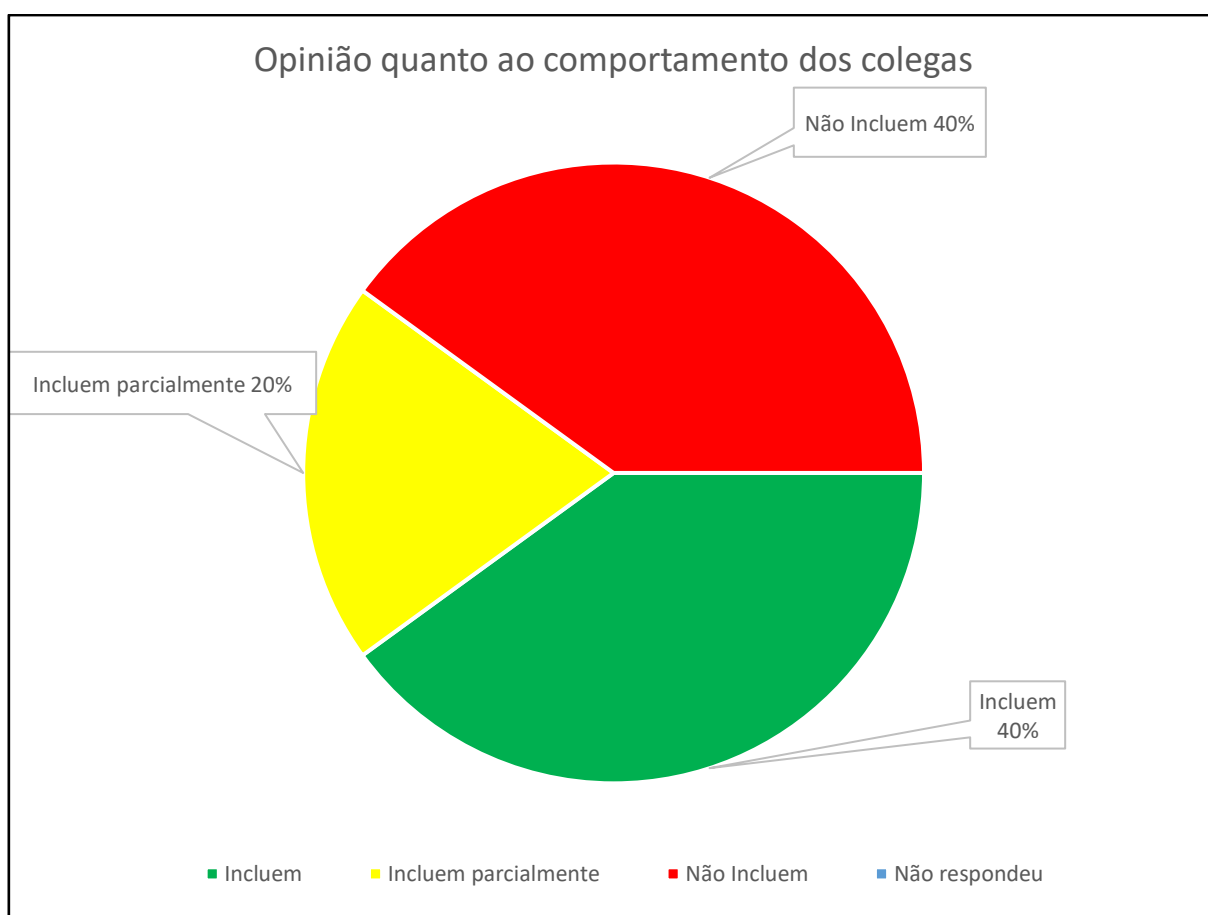
<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	<p>Considera que muitos colegas são colaborativos, não todos, mas que dentro da sociedade também existe a parcela que não vai agir de forma adequada.</p> <p>“Os colegas, eles são solícitos na parte de dúvida e de tudo mais, alguns são mais, mas faz parte da vida, do dia a dia.”</p>
Estudante B	<p>Não se sente incluído quanto aos colegas, por sentir uma exclusão em trabalhos devido a considerarem que não teria capacidade para efetuar de forma satisfatória as atividades.</p> <p>"Parece que a pessoa quando tem dificuldade, parece que ela sempre vai ser uma pessoa, não é burra, mas sempre é inferior às outras."</p> <p>“Até em questão de trabalhos, as pessoas não vão fazer trabalho comigo até mesmo por isso, por que já sabem que eu, já idealizam que eu vou errar a questão por ter dificuldades.”</p>
Estudante C	<p>Considera os colegas legais e participativos, gostando de participar de atividades com eles.</p> <p>“Os colegas são legais. Eles também participam dos trabalhos certinho.”</p> <p>“Eu gosto de atividades em grupo. Muito bom.”</p>
Estudante D	<p>Sente uma certa segregação por parte dos colegas ao formarem grupos, conhecidos como “panelinhas” e não permitirem a entrada de alguns alunos, que ficam isolados sem um grupo.</p> <p>“Não porque eu sinto que tem certa dificuldade para algumas pessoas entrarem em um grupo. Que eles consigam se encaixar.”</p>
Estudante E	<p>Se sente incluída quanto aos colegas, mesmo com a timidez tem conseguido ficar mais à vontade.</p> <p>“Eu sou um pouco tímida,mas aqui eu consegui me soltar um pouco.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Ao começar a observar a inclusão de forma mais detalhada, começando pelos colegas, deixa de existir a unanimidade existente no aspecto anterior.

A questão dessa inclusão por parte dos estudantes, apesar de não ser uma ação direta da instituição, pode ser desenvolvida por meio de ações voltadas para a inclusão das pessoas com necessidades específicas. Essas ações podem ser desenvolvidas pelo NAPNE, juntamente com outros setores, conforme a própria Regulamentação do Napne (MEC, 2013).

**GRÁFICO 2 — OPINIÃO QUANTO AO COMPORTAMENTO DOS COLEGAS.**



Fonte: Dados da pesquisa

Pode ser observado, na tabela 8 e gráfico 2, que dois dentre os cinco alunos (40%) não se sentem incluídos com relação aos colegas. Eles afirmam que sentem uma segregação por parte dos colegas, exemplificada na forma do Estudante B como uma exclusão em trabalhos “por não ser considerado inteligente o suficiente pelos colegas para fazer as atividades juntos”, e na forma do Estudante D como uma

“exclusão na participação em grupos” por não darem abertura para aproximação, o que no caso desse estudante as características da sua necessidade específica já incluem impactos nas relações sociais, podem dessa forma ser intensificadas pela falta de inclusão pelos colegas.

Um estudante afirmou que sente inclusão dos colegas de forma parcial, por perceber que existe por parte de alguns estudantes, mas de outros não, ao mesmo tempo em que demonstra uma certa aceitação desse fato por perceber que isso ocorre não somente no ambiente escolar.

Os dois alunos (40% do total) que se consideram incluídos afirmam que os colegas são sempre bastante solícitos, e que isso os fazem se sentir muito bem, sendo um estímulo positivo inclusive para trabalhos em grupo.

É possível observar que esses dois estudantes que se sentiram completamente incluídos tem características das suas necessidades específicas mais aparentes, sendo perceptível facilmente características atípicas.

**TABELA 9 — OPINIÃO QUANTO A AÇÃO DO NAPNE**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	Considera adequada, devido ao atendimento prestado. “Tem um canal de atendimento, a gente pode ir lá na sala lá do napne, conversar e tem lá auxílio psicológico e tudo mais.”
Estudante B	Considera adequada, devido ao atendimento prestado. “Isso ajuda muito. O pedagogo ou o napne vem em mim, o pedagogo e o napne não é separado, eles vem em mim, perguntam o que que eu preciso de ajuda e oferecem ajuda, fica mais a questão de ter que ir atrás”
Estudante C	Considera adequado, pois gosta do atendimento oferecido pelo Napne. “Sim. Gosto.”
Estudante D	Considera adequado e muito bom devido ao apoio oferecido aos estudantes. “Eles oferecem muito apoio aos alunos.”

Entrevistado	Dados informados
Estudante E	Considera adequado e muito atencioso devido a procurarem saber sobre o que poderia ser feito para ajudar e oferecer ajuda. “Eles queriam saber o que que pode fazer para me ajudar, ajudar a eu entender perfeitamente, foi muito bom, e me ajudaram, expliquei pra eles sobre o meu microfone.”

Fonte: Dados da pesquisa

Quando a opinião é específica sobre a ação do NAPNE ocorre novamente uma unanimidade positiva, todos os estudantes consideram ela adequada e positiva para eles. Nos comentários é perceptível que a ação desse setor é muito importante para esses alunos, com todos muito contentes e satisfeitos com o apoio dos profissionais que lhes prestam atendimento, devido à atenção e suporte que esses estudantes recebem.

**GRÁFICO 3 — OPINIÃO QUANTO À AÇÃO DO NAPNE.**



Fonte: Dados da pesquisa

Como esse setor é o centro do atendimento a esses estudantes, o sentimento de inclusão quando a ele se faz essencial, já que esse setor dialoga com os outros setores, além de ser o centro da mediação das demandas dos alunos atendidos para com os docentes do curso.

**TABELA 10 — OPINIÃO QUANTO A AÇÃO DOS MONITORES**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	<p>Não consegue acompanhar a monitoria.</p> <p>“Na parte de monitoria os alunos que fazem, mas eu acho um pouco difícil, não consigo acompanhar o desenvolvimento deles.”</p>
Estudante B	<p>Considera que o monitor do NAPNE ser um colega de curso tem suas vantagens, já que essa proximidade de informalidades facilita na hora de pedir ajuda. Mas sente incômodo por sempre precisar ir pedir ajuda para o monitor, ao invés dele questionar em que pode ajudar.</p> <p>“Eu tenho que ir atrás, eu que falo que estou com dificuldade e ele vai lá e me ajuda então, precisa melhorar, na minha opinião, um pouco isso.”</p> <p>Também considera que os monitores possuem limitações nos atendimentos por serem estudantes.</p> <p>“O estudante (monitor) quando chega em semana de prova ou está em fim de semestre, ajudar o outro isso meio que atrapalha, tanto ele quanto a pessoa.”</p>
Estudante C	<p>Considera que o monitor tem ajudado.</p> <p>“Sim. Se eu tenho alguma dificuldade nas matérias eu peço ajuda ao monitor.”</p>
Estudante D	<p>Considera que os monitores estão ajudando.</p> <p>“Sim, estão.”</p>
Estudante E	<p>Não apresentou opinião, focando mais nos professores.</p>

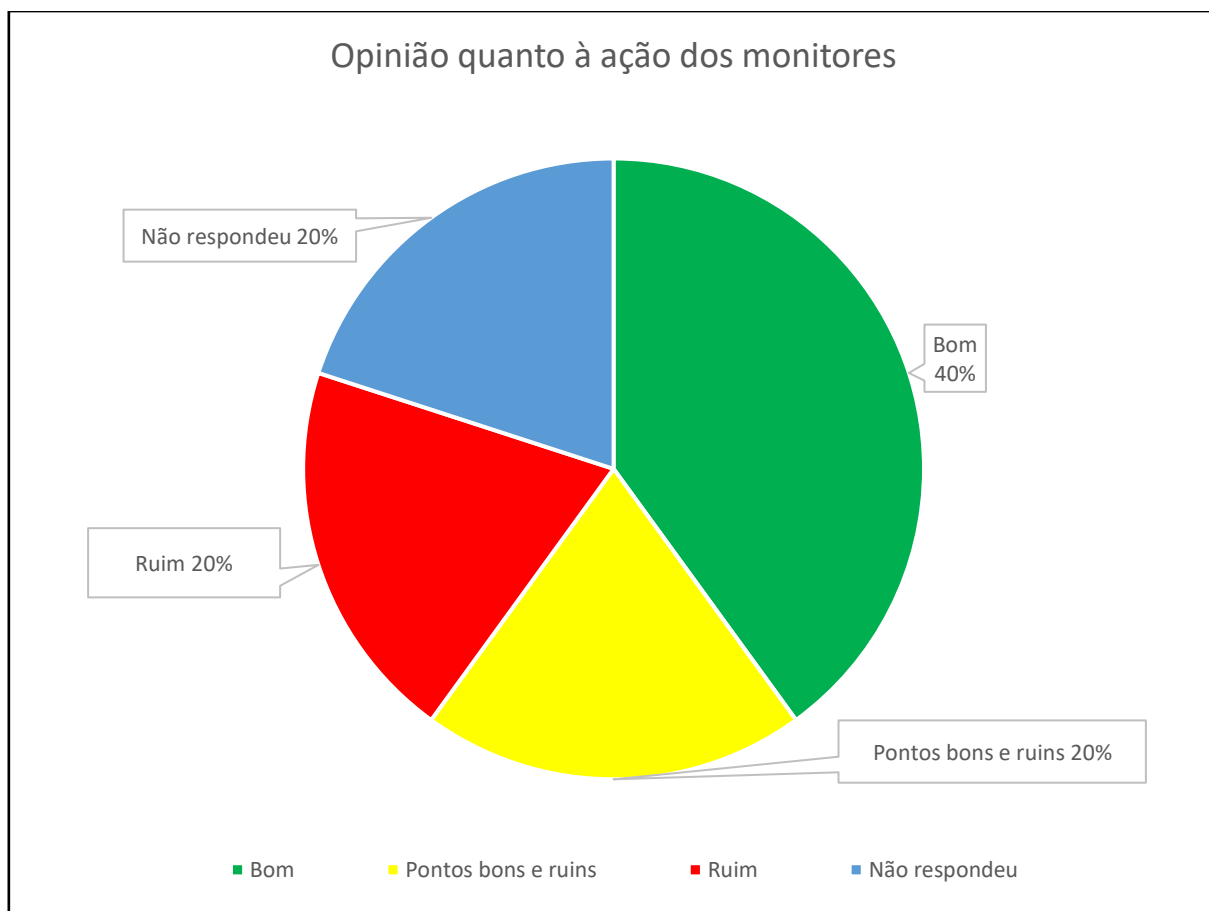
Fonte: Dados da pesquisa

Os monitores, tanto remunerados como voluntários, acabam por ter um papel de grande importância dentro do NAPNE, ganhando assim uma responsabilidade grande, desde fazer o contato inicial com o estudante cadastrado, juntamente com o professor orientador, até auxiliar nas aplicações de provas, além do atendimento direto aos alunos, dentro de uma carga horária semanal de 6 horas.

Apesar de todos os estudantes avaliarem positivamente a ação no NAPNE, quando analisam a ação dos monitores de forma específica não existe mais uma uniformidade.

Dois alunos consideram que realmente os monitores ajudam com seus atendimentos, afirmando que eles ajudam e conseguem dar o suporte quando necessário.

**GRÁFICO 4 — OPINIÃO QUANTO A AÇÃO DOS MONITORES**



Fonte: Dados da pesquisa

Um dos estudantes também considera que os monitores estão ajudando, mas percebe limitações nesse atendimento que acaba atrapalhando. Esse aluno enfatiza tanto o aspecto positivo de ter um colega de curso para auxílio, o que ajuda na questão de diminuir a vergonha, quanto o negativo pelo monitor não questionar/procurar se existe uma demanda pelo auxílio, mas sim o aluno atendido ter que ficar buscando o monitor para solicitar ajuda. Outra questão apresentada por esse estudante foi sobre o alcance da ajuda do monitor ser restrito por ele estar também cursando sem conhecimentos suficientes para atender completamente e com responsabilidades acadêmicas.

Já um entrevistado não conseguiu se adequar aos atendimentos dos estudantes monitores por algum problema nessa forma de atendimento, que não foi muito detalhada.

**TABELA 11 — OPINIÃO QUANTO AO COMPORTAMENTO DOS PROFESSORES**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	<p>Considera excelente o comportamento dos professores, pois interagem e não se distanciam dos alunos.</p> <p>“Não é uma realidade professor e aluno que o professor dá a matéria, e pede pro aluno fazer o trabalho, ou a prova, ou o que for e não se importa. Principalmente a coordenadora, ela é muito preocupada.”</p>
Estudante B	<p>Se sente inferiorizado por parte de alguns professores, por sentir uma expectativa baixa dos professores quanto às atividades realizadas devido às suas dificuldades.</p> <p>"Parece que a pessoa quando tem dificuldade, parece que ela sempre vai ser uma pessoa, não é burra, mas sempre é inferior às outras.”</p> <p>“Alguns consideram que tal pessoa: é claro que vai tirar nota baixa, ela tem dificuldade. Eu sinto muito isso por parte de alguns professores.”</p>
Estudante C	<p>Considera os professores legais e que ajudam.</p> <p>“Sim.”</p>

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante D	<p>Considera que uma parcela dos professores são bem receptivos, mas outros não são.</p> <p>“Alguns professores são mais fáceis de conversar, mais receptivos para conversar com o aluno. Alguns outros não são tanto.”</p>
Estudante E	<p>Considera que os professores são muito atenciosos e foram bem solícitos sobre usar o aparelho durante as aulas.</p> <p>“Expliquei pra eles sobre o meu microfone, enquanto ele ta ligado e a pessoa tiver usando a voz da pessoa vira o centro da atenção no meu aparelho, eles entenderam, se preocupam com isso.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa

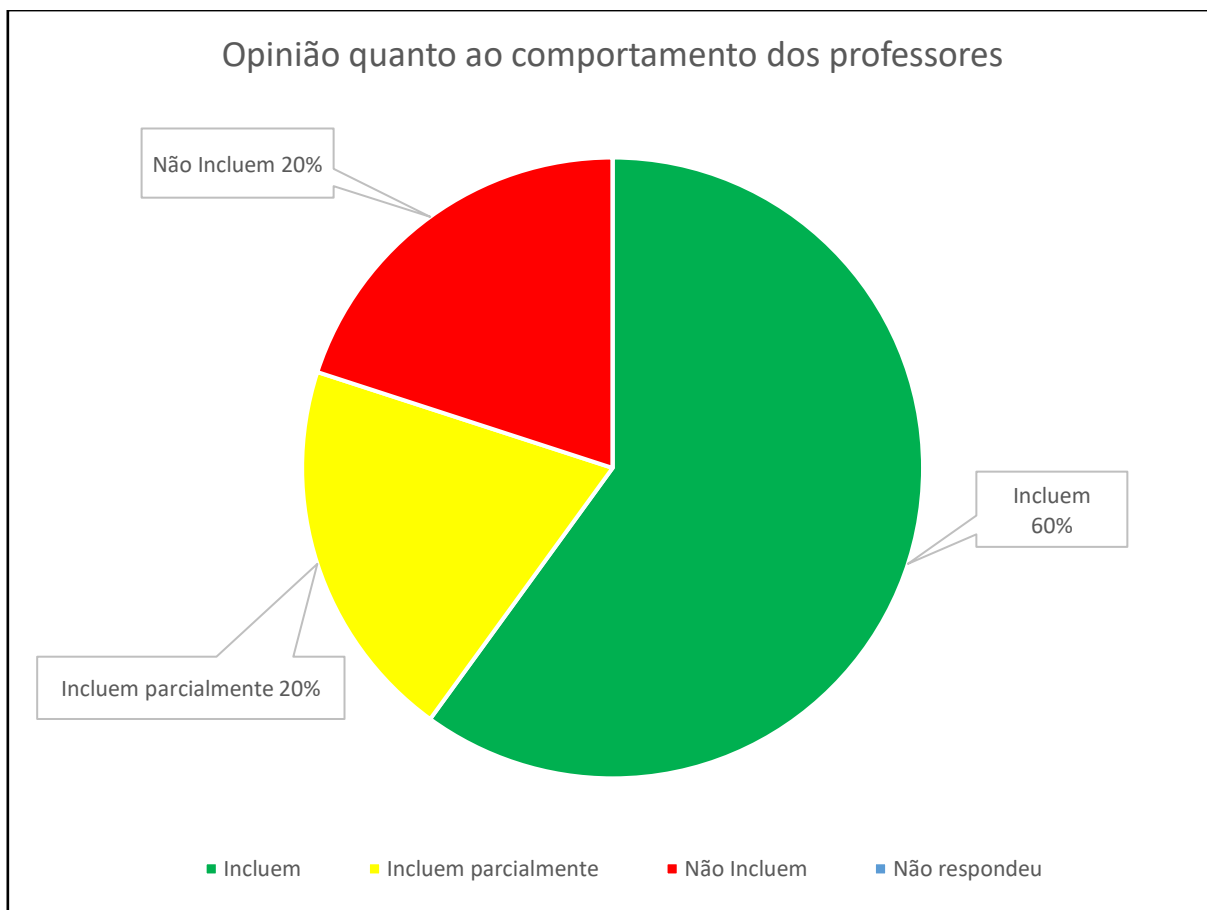
A atitude e busca por *feedback* dos professores ajuda a perceber a preocupação dos professores quanto ao aprendizado dos estudantes atendidos. As ações dos professores são parte do alicerce para uma educação verdadeiramente inclusiva. No entanto, segundo a Coordenação do NAPNE, devido aos professores serem dotados de autonomia didático-pedagógica em relação às suas matérias, por vezes consideram erroneamente que podem se recusar a fazer as adequações didáticas indicadas pelo NAPNE, ou até mesmo mentir sobre estar executando as ações.

Quando os entrevistados avaliaram o comportamento dos professores, a maioria (3 alunos, 60%) afirmou que os professores possuem comportamento positivo e inclusivo, dando exemplos como serem atenciosos e solícitos com equipamentos que ajudam em sala e interagem demonstrando preocupação com o estudante como pessoa.

Já os dois estudantes que não responderam em consonância com os outros se dividem. Um que, apesar de observar alguns professores que não são receptivos, ainda sente inclusão por parte dos professores, mas de uma forma parcial. E o outro que não se sente incluído por perceber no comportamento dos professores que é subestimado e inferiorizado por eles devido às suas dificuldades acadêmicas. É

interessante observar que esses alunos que afirmaram incômodo com professores são os que menos demonstram características atípicas.

**GRÁFICO 5 — OPINIÃO QUANTO AO COMPORTAMENTO DOS PROFESSORES**



Fonte: Dados da pesquisa

**TABELA 12 — OPINIÃO QUANTO A BUSCA DE *FEEDBACK* POR PARTE DOS PROFESSORES**

Entrevistado	Dados informados
Estudante A	<p>Está adequada, pois os professores estão em constante contato com os estudantes, oferecendo apoio.</p> <p>“Principalmente os professores de alimentos, são muito participativos na vida dos alunos. Os professores procuram saber como é que a gente está. Se a gente está bem. Se a gente precisa de auxílio.”</p>

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante B	Não está completamente adequada, pois não buscam o estudante diretamente para saber sobre o desenvolvimento. “Os professores acham que só porque eu dei conta um pouquinho, eu não preciso de prova adaptada”
Estudante C	Considera que os professores buscam o feedback adequadamente. “Eles falaram assim: qualquer coisa ou qualquer dúvida me chama, ou manda mensagem no privado.”
Estudante D	Está adequada, pois os professores ao perceberem dificuldades por parte dos alunos procuram ajudar. “Quando eles percebem que um aluno passa por alguma dificuldade eles tentam buscar um jeito de ajudar.”
Estudante E	Os professores sempre estão procurando feedback. “Tem uma professora que ela até fica perguntando toda hora: Está muito alto?”

Fonte: Dados da pesquisa

A grande maioria (80%) dos estudantes considera que a procura dos professores é adequada. Acham que os professores são bastante participativos na vida deles e questionam com frequência os alunos oferecendo ajuda e se preocupando com o aprendizado.

O Estudante B considerou parcialmente adequado por sentir falta desse questionamento por parte dos professores também quando se tatar de algumas questões, como prova adaptada.

Essas informações corroboram as informações fornecidas pela Coordenação do NAPNE, de que os professores desse curso são bem solícitos e dispostos em permanecer em contato para informar como está o desenvolvimento desses alunos em suas matérias, possibilitando inclusive a inclusão de novos alunos para atendimento no meio do semestre. Além disso, outra afirmação da coordenação é que os professores têm um diálogo constante para gerar um aprendizado conjunto a partir

das experiências vividas na instituição e dos conhecimentos individuais adquiridos na formação continuada.

**GRÁFICO 6 — OPINIÃO QUANTO A BUSCA DE *FEEDBACK* POR PARTE DOS PROFESSORES**



Fonte: Dados da pesquisa

**TABELA 13 — OPINIÃO QUANTO AOS MOTIVOS DO ACOMPANHAMENTO, OU NÃO, DA GRADE PREVISTA NO PPC**

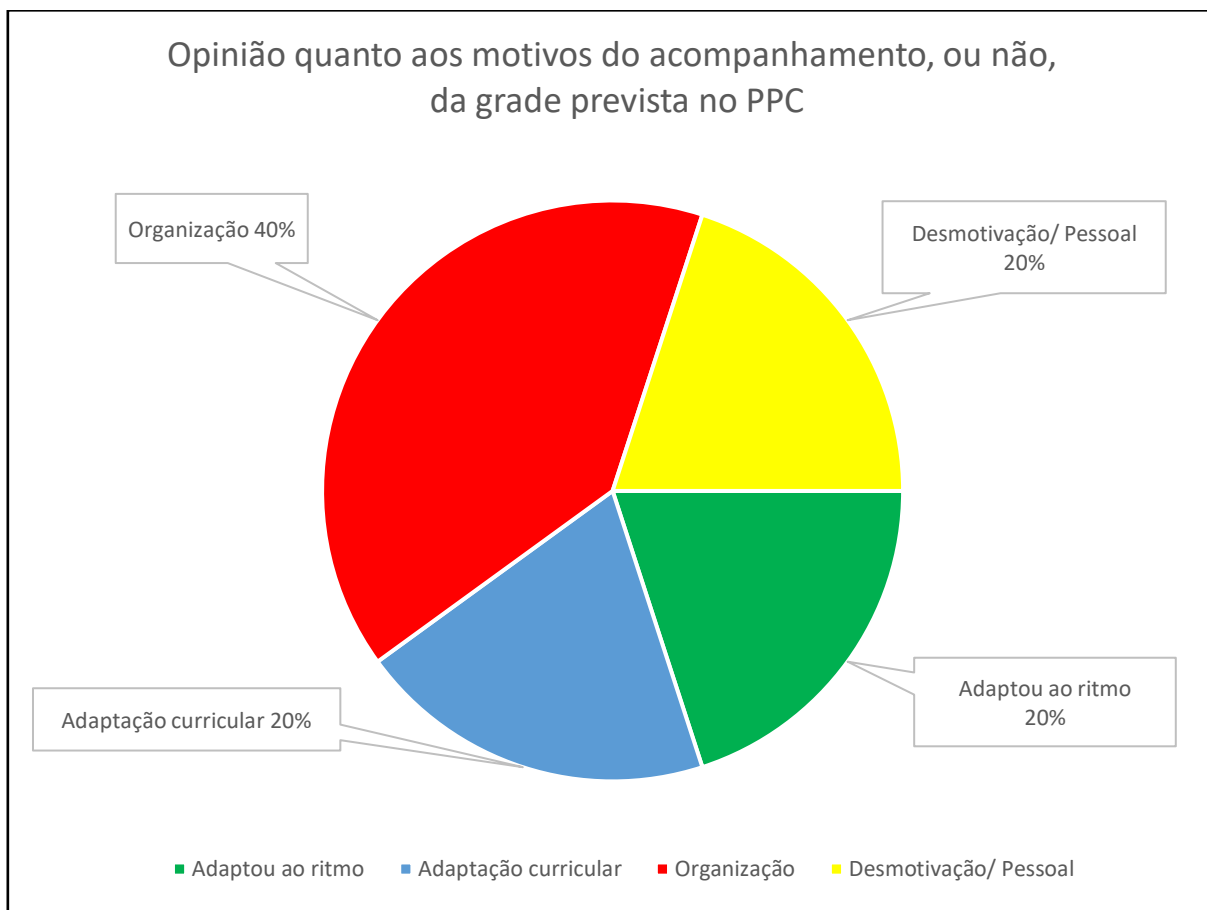
Entrevistado	Dados informados
Estudante A	<p>Não conseguiu ficar na grade prevista por problemas pessoais e desmotivação.</p> <p>“Eu acabei me perdendo no semestre e no curso, e de seguir acompanhando de entrega de trabalho e tudo mais.”</p> <p>“É mais relacionado ao pessoal mesmo, do que ao Campus.”</p>

Entrevistado	Dados informados
Estudante B	<p>Dificuldade em organizar e conciliar as atividades com os estudos e revisões dos componentes dentro do tempo.</p> <p>“Eu não consigo me organizar, porque não consigo sentar e estudar depois, mas não é por preguiça ou por falta de vontade, ou estudo ou faço a atividade”</p> <p>“Acabei até reprovando uma matéria, porque eu não consegui me organizar. Eu estou tendo muita dificuldade nisso, desde o começo do curso, tirando a pandemia que era mais fácil, por que você acaba não tendo o trânsito de vir aqui.</p>
Estudante C	<p>Antes não estava acompanhando quando estava no ensino remoto sem acompanhamento, mas após a adaptação curricular está conseguindo seguir a grade prevista, mas a integralização do curso não ocorrerá em 6 anos (tempo máximo de integralização).</p> <p>“No remoto eu passei nas matérias fáceis, mas nas difíceis não.”</p> <p>“Eu não tô de recuperação mais.”</p>
Estudante D	<p>Com reprovação em somente uma matéria, por ter apresentado dificuldades de organização.</p> <p>“Manter passando nas matérias eu até consegui mas, se você não conseguir organizar bem como fazer as coisas, ia fica bem desbalanceado, ia ficar fora de controle a situação.</p> <p>“Só fiquei em química”.</p>
Estudante E	<p>Acompanhando a grade prevista, pois está conseguindo se adaptar ao ritmo das aulas e dos conteúdos.</p> <p>“Eu tenho muita dificuldade em concentração, normal em quem não escuta direito, mas eu gostei do ritmo daqui, eu fiquei surpreso, estou conseguindo agora a grande maioria, tive dificuldade mas estou resolvendo.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Como uma parcela relevante dos estudantes atendidos não está acompanhando a grade prevista no PPC e apresenta reprovação, é importante a opinião deles sobre quais são os motivos que provocaram isso, além dos motivos que estão possibilitando que um aluno consiga seguir o fluxo do curso e não ter reprovações.

**GRÁFICO 7 — OPINIÃO QUANTO AOS MOTIVOS DO ACOMPANHAMENTO, OU NÃO, DA GRADE PREVISTA NO PPC**



Fonte: Dados da pesquisa

O estudante que está acompanhando a grade prevista no PPC curso sem reprovação considera que isso se deve ao fato de ter conseguido se adaptar ao ritmo do curso, mesmo possuindo dificuldades de concentração normalmente associada a seu motivo de cadastro, conseguindo assim superar suas dificuldades.

Um dos estudantes que não está conseguindo acompanhar a grade prevista no PPC curso considerou que é consequência de desmotivação por ficar se sentindo perdido nas atividades no meio do semestre e frequentemente acabar desistindo, além disso também possui motivos pessoais.

O estudante que possui adaptação curricular, apesar de não conseguir se formar no período inicialmente previsto de 3 anos, está contente com as modificações feitas, já que após elas está conseguindo ser aprovado em todas as disciplinas propostas para cada semestre.

Os dois estudantes restantes consideram que seus problemas quanto ao acompanhamento e reprovação em componentes curriculares se deve a dificuldade de se organizarem sozinhos. Esses alunos possuem uma indispensabilidade de auxílio para organização, por não conseguirem sozinhos, o que faz parte da demanda das necessidades específicas desses estudantes.

**TABELA 14 — OPINIÃO QUANTO AO APRENDIZADO EFETIVO**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	<p>Considera que no aprendizado, considerando suas capacidades, ainda está com déficit.</p> <p>“Tem algumas coisas que os professores passam que assim, eu não compreendo de imediato.”</p> <p>“Eu tinha que ter mais um conhecimento e mais foco pra eu poder ter uma condição acadêmica, não no nível das outras pessoas, mas no nível que eu posso ter.”</p>
Estudante B	<p>Não sente que está tendo um aprendizado efetivo por não conseguir estudar de forma adequada.</p> <p>“Eu preciso aprender a como que estuda, eu preciso de um apoio nessa parte.”</p> <p>“Eu também não consigo seguir um cronograma, porque quando não dá certo, não consigo entender que deu errado, e fico mais ansiosa.”</p>
Estudante C	<p>Acha que está aprendendo bem as matérias agora que tem menos matérias por semestre, escolhidas pelo Napne com ajuda da coordenação do curso.</p> <p>“As três matérias.”</p> <p>“Eu não tô de recuperação mais.”</p>

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante D	<p>Considera que o aprendizado está de acordo.</p> <p>“Está de acordo porque está num ritmo que eu consigo progredir de alguma forma que eu não me sinta desgastado.”</p>
Estudante E	<p>O aprendizado não está completamente adequado devido às dificuldades comuns de pessoas com deficiência auditiva, mas tem uma maior facilidade e aprendizado com a docente que possui experiência em ministrar aulas para surdos, por dessa forma ter um ritmo mais adequado a aprendizado de que precisa de mais tempo para assimilar o conteúdo.</p> <p>“Mais ou menos, porque normalmente os deficientes auditivos têm dificuldade nas aulas, é muito comum isso.”</p> <p>“Estou tendo uma aula de portugues que é uma professora que ela dava aula para surdos, e eu confesso que eu gosto mais dessa aula, aprendo melhor tudo, porque o ritmo do surdo é bem diferente do ritmo do ouvinte, por exemplo, porque o ouvinte tem que estudar uma vez, mas o surdo vai ter que estudar muito mais.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Os dois estudantes que julgaram que seu aprendizado está sendo adequado e efetivo consideram que estão conseguindo se adequar ao ritmo das matérias que estão cursando, que no caso de um deles é uma quantidade menor por semestre.

Outros dois alunos consideram que estão tendo um aprendizado efetivo e adequado. Um deles chega a afirmar que sua resposta somente leva em consideração suas próprias potencialidades, não se baseando ou se comparando com os colegas. As causas apresentadas vão desde dificuldades de compreensão do conteúdo durante as aulas, até as dificuldades para estudar, considerando que esse estudo seria a forma de aprender.

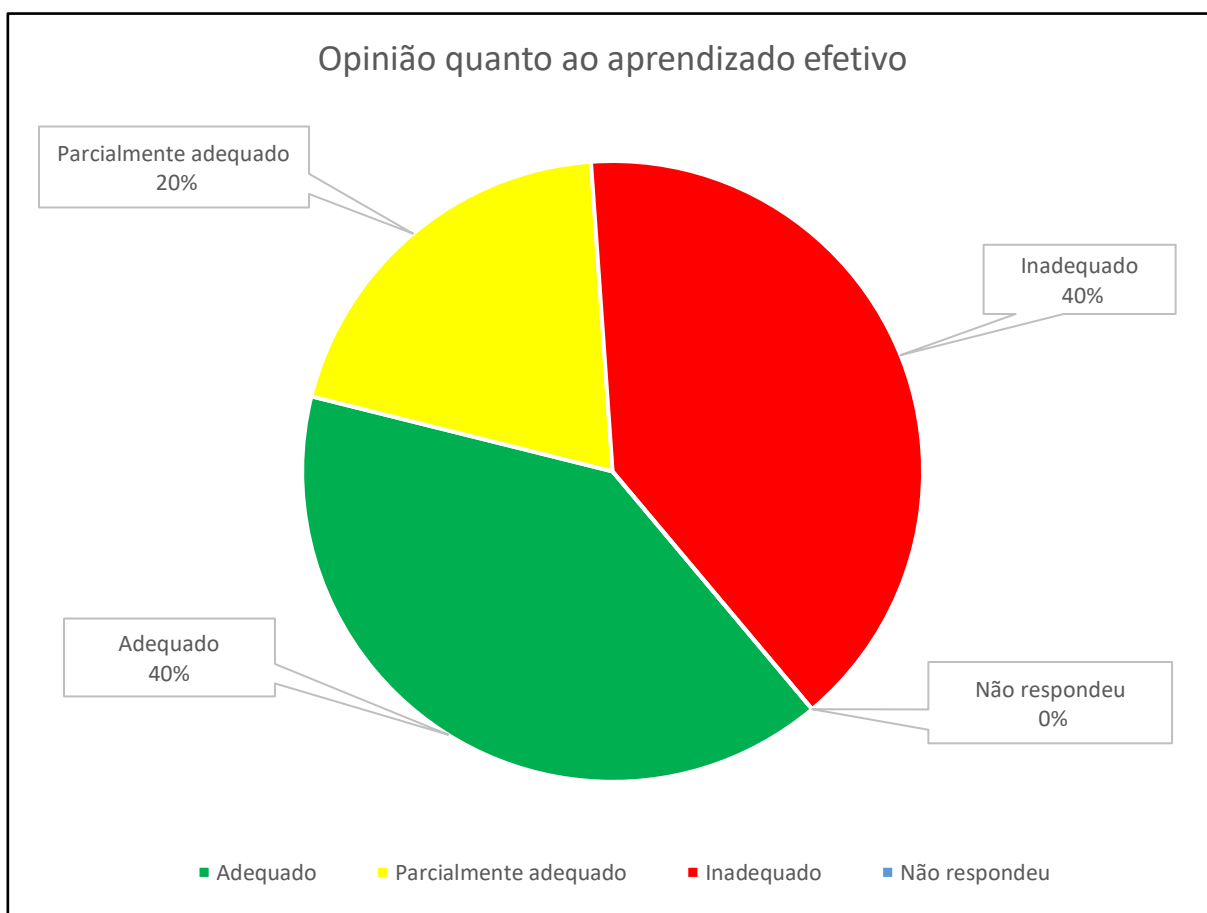
O estudantes que considera parcialmente adequado também possui as dificuldades apresentadas pelos outros dois alunos, mas apresenta um ponto positivo para o próprio aprendizado ao comentar sobre ter um docente que possui experiência

com sua necessidade específica e ministra as aulas em um ritmo diferente, que ajuda no aprendizado do estudante.

Essa afirmação pode indicar que a experiência anterior e capacitação dos docentes para lidar com as necessidades específicas requeridas por esses estudantes, contribui positivamente para o aprendizado efetivo desses alunos.

Para as dificuldades apresentadas pelos 3 alunos nesse tema, um planejamento de estudos orientado por terceiros pode ser útil. Além disso, nesses casos alguns profissionais (psicopedagogos e médicos) geralmente orientam que estes estudantes tenham acesso ao plano de ensino e ao cronograma de aula com ao menos uma semana de antecedência, para permitir que o aluno tenha o primeiro contato e comece assimilar o conteúdo antes da aula em classe.

**GRÁFICO 8 — OPINIÃO QUANTO AO APRENDIZADO EFETIVO**



Fonte: Dados da pesquisa

**TABELA 15 — OPINIÃO QUANTO ÀS CARÊNCIAS DO SUPORTE OFERECIDO PELO CAMPUS OU SUGESTÕES**

<b>Entrevistado</b>	<b>Dados informados</b>
Estudante A	<p>Necessidade de um acompanhamento com oferecimento de atividades extras dos componentes, feito preferencialmente em sala específica (Sala de Recursos).</p> <p>“Os professores deveriam verificar com os monitores de cada aluno para ver quais maior dificuldades e passar algum exercício de fixação, alguma coisa que fosse diferente da sala de aula”</p> <p>“No ensino médio eu fazia Sala de Recursos que é tipo esse de monitoramento e eu sempre conseguia entender melhor, e no meu ponto de vista eles não me ofereceram isso.”</p>
Estudante B	<p>Necessidade de um profissional no <i>campus</i> voltado a auxiliar os estudantes, além do monitor, que é um estudante possuindo suas próprias responsabilidades escolares.</p> <p>“Tem que ter o professor ou pedagogo, porque querendo ou não, eles já tem toda uma bagagem ali pra te ajudar, agora o estudante (monitor) quando chega em semana de prova ou está em fim de semestre, ajudar o outro isso meio que atrapalha, tanto ele quanto a pessoa.”</p> <p>Que no mínimo sejam seguidas orientações do laudo apresentado, quando constarem, sem que haja necessidade do estudante ficar pedindo.</p> <p>“O tanto que é difícil conseguir um laudo, conseguir apresentar, para você conseguir todos os seus direitos.”</p> <p>Adequação para o estudante da quantidade de atividades, ou quanto ao tempo para a entrega.</p> <p>“Adaptação em questão de passar menos atividade ou fazer em mais tempo como eu fiz no ensino médio.”</p>
Estudante C	<p>Sente falta de ter um professor para fazer acompanhamento.</p> <p>“Sim.”</p>
Estudante D	<p>Não apresentou.</p>

Entrevistado	Dados informados
Estudante E	<p>Não apresentou carências no atendimento, mas afirmou que está tendo professor de reforço particular para conseguir estudar.</p> <p>Sobre sugestões afirmou que para a inclusão é necessário muita paciência da parte dos profissionais e colegas, pois para o estudante com necessidades específicas as coisas que são muito simples para os outros para elas são mais difíceis.</p> <p>“Sempre tive dificuldade de estudar sozinha, que meus pais sempre me pagaram professor particular.”</p> <p>“A parte mais importante da inclusão é a paciência, eu sei que é complicado entender, mas paciência é uma coisa muito importante pra gente, muito.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa

A sugestão, apresentada pelo Estudante E, foi bem relevante ao falar sobre ser primordial para a inclusão dos estudantes que os professores e os profissionais na educação tenham paciência com as dificuldades apresentadas pelos alunos com necessidades específicas. Deu ainda um exemplo, comentando durante a entrevista, do quanto é difícil para quem fala LIBRAS conseguir fazer a tradução para português, pois “a língua de sinais é bem mais simples”, sem conectores usados na língua falada, e como eles pensam também em LIBRAS, se torna muito complicado na hora de escrever, ler ou falar lembrar de todas as regras, “o que para ouvintes é natural para eles exige esforço, sendo assim o mínimo que pode ser feito é ter paciência”.

As carências apresentadas foram: atividades extras com acompanhamento em Sala de Recursos, professor para acompanhar esses estudantes, docente específico para atuar com os alunos do NAPNE, uma organização das atividades e trabalhos de forma que permitam o aluno estudar e que sejam seguidas as orientações dos relatórios e laudos, quando constarem.

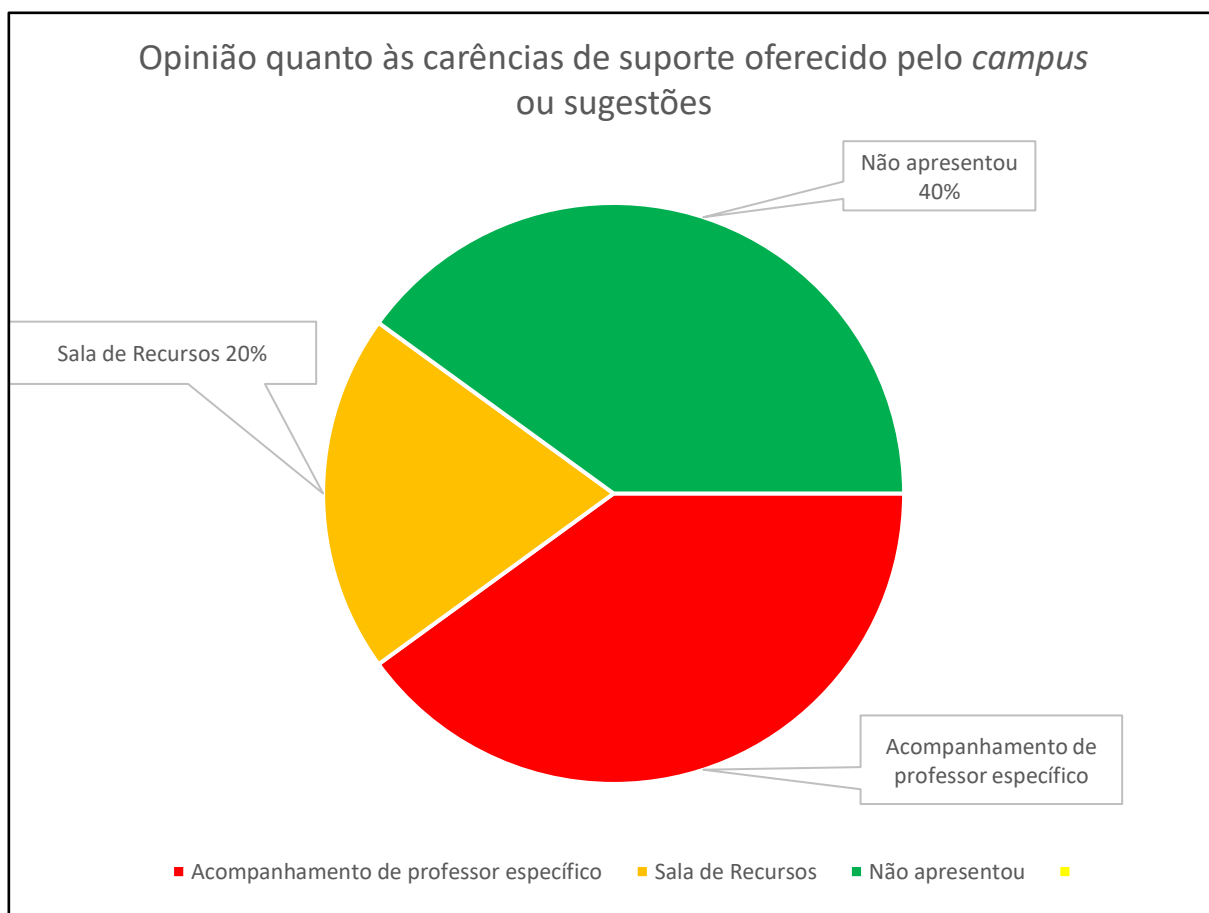
Ao agrupar essas carências percebemos que dos 5, dois alunos sentem a necessidades de serem acompanhados por um professor de forma constante, um acha que o instituto deveria ter a Sala de Recurso para realizar os atendimentos, e

um que afirma que não percebe carências, mas que sempre teve professor particular para fazer o acompanhamento.

Esse agrupamento permite verificar que as carências apresentadas são complementares, e a falta da apresentação de carência por um estudante aparenta ser por tê-la suprida fora da instituição, mas que não é acessível para a maioria dos estudantes.

Mesmo sem demonstrar conhecimento da legislação, os estudantes apresentaram demandas que deveriam ser atendidas dentro do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que não é oferecido nem pelo NAPNE nem por outro setor dentro do IFB.

**GRÁFICO 9 — OPINIÃO QUANTO ÀS CARÊNCIAS DO SUPORTE OFERECIDO PELO *CAMPUS* OU SUGESTÕES**



Fonte: Dados da pesquisa

Quando o regulamento do NAPNE do IFB *campus* Gama é observado pela mesma perspectiva de análise do trabalho de Rocha e Campus (2015), ainda que faça

menção ao Decreto 7611/11, não coloca o AEE como atribuição direta desse setor, nem propõe qualquer necessidade de profissional especializado na área de inclusão ou/e dedicação exclusiva.

A única informação sobre qualificação em inclusão é para o coordenador do Napne, escalado por portaria e possui 8 horas de carga horária semanal na função, que não recebe um curso específico, mas sim cursos de pequena duração ou palestras sobre inclusão no decorrer do ano. (MEC, 2013)

Por mais que o NAPNE busque ter um ambiente acolhedor para os estudantes atendidos, não existe uma Sala de Recursos, devido a falta do profissional do AEE. Também não existe o plano de atendimento dos estudantes cadastrados por não existir servidor específico/especializado para essa função. Essas demandas são parte integrante do AEE, no entanto esse atendimento não é oferecido pelo campus por não existir um código para a contratação de um profissional qualificado, com formação na área de educação especial, e com dedicação exclusiva para essa função, como existe em outros Institutos Federais com o IFBA, e a própria Coordenação do NAPNE afirma possuir uma limitação nas atividades por falta do profissional para atuar no AEE.

Outro serviço que não pode ser contratado por concurso por inexistência de código de vaga é o profissional de apoio. Segundo a coordenação, o Estudante C precisa desse profissional, e tem direito a isso, mas o IFB não dispõe de pessoal para essa função atualmente. Nesses casos muitas vezes os parentes, comumente a mãe, fazem esse papel. Atualmente no *campus* os monitores do NAPNE também acabam fazendo essa função em alguns momentos, como no caso do estudante entrevistado, o que mostra que o investimento, de cerca de 85% da verba destinada ao NAPNE, em bolsa para os monitores é opção bastante interessante de usar esse valor anteriormente não utilizado.

É necessário a criação de códigos do profissional de AEE e profissional de apoio para o IFB, realizado somente pelo Ministério da Educação (MEC), para então possibilitar a inclusão dessas funções e desses profissionais nas normas da instituição, assim podendo ser realizado concurso público para contratação desses profissionais. Enquanto isso não ocorre, foi informado que atualmente o IFB está em processo de contratação, via decreto, de servidores terceirizados para suprir as demandas mais emergenciais de profissionais de apoio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a existência do NAPNE, nem sempre o IFB consegue ser bem-sucedido quanto à inclusão dos alunos com necessidades específicas.

A principais queixas dos entrevistados na pesquisa, quanto ao comportamento das pessoas, demonstraram ser sobre a percepção sobre as alunos com necessidades específicas “invisíveis”, que ainda geram um julgamento inconsciente de que, apesar desses alunos não parecerem completamente típicos, não são “diferentes” o suficiente para terem necessidades específicas. Esse panorama, ainda muito presente na sociedade, faz com que essa pessoas tenham suas necessidades específicas desacreditadas, ao mesmo tempo que é mantido um certo preconceito. Nesse aspecto o NAPNE pode estimular por meio de políticas públicas, como uma de suas atribuições, o espírito de inclusão em busca de quebrar barreiras atitudinais de alunos e professores com falta de boa vontade.

Quanto às dificuldades dos alunos e carências apresentadas por eles, é muito provável que seriam mitigadas pela existência de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, não atendendo a legislação, ainda não existe nem no *campus* Gama nem no IFB como um todo. Para que essa omissão seja resolvida é preciso regulamentação com criação de código para o cargo pelo Ministério da Educação.

Mesmo sem uma implementação completa das políticas de inclusão, principalmente pela falta de AEE, a atuação do NAPNE no curso superior Tecnólogo em Alimento se mostrou bastante efetiva. As práticas do NAPNE ajudam para que diminua a evasão dos estudantes atendidos ao buscar também o êxito desses alunos. As atuações conjuntas entre NAPNE e equipe pedagógica do curso estão conseguindo, dentro de suas capacidades e limitações, que os alunos com necessidades específicas desse curso se sintam atendidos pelas políticas de inclusão ofertadas por esse setor.

Pode-se concluir que o NAPNE, especificamente, procura promover a inclusão dos estudantes com necessidades específicas no curso Tecnólogo em Alimentos do IFB *campus* Gama, no entanto não existe uma efetiva implementação da políticas de inclusão por não serem aplicados aspectos determinantes da legislação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)– Acesso em 29/12/2022.

\_\_\_\_\_. Decreto N° 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm) – Acesso em 27/12/2022.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)– Acesso em 25/12/2022.

\_\_\_\_\_. Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)– Acesso em 25/12/2022.

\_\_\_\_\_. Lei N° 11.892, De 29 De Dezembro De 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)– Acesso em 25/12/2022.

\_\_\_\_\_. Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da

União, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm) – Acesso em 26/12/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 28 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm). Acesso em: 12 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) – Acesso em 23/12/2022.

\_\_\_\_\_. NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Brasília: Ministério Da Educação, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192). Acesso em: 28 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 2.630/21. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2291884>– Acesso em 27/12/2022.

DA SILVA, Otto Marques. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1987.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Atlas, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MEC. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal de Brasília. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20-%20Alterado.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO 35/2020 - RIFB/IFB. Altera o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio do Instituto Federal de Brasília (IFB) aprovado pela Resolução CS/IFB nº 10/2013, e estabelece o Regulamento do Ensino Técnico de Nível Médio Subsequente nas modalidades presencial e a distância. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Brasília, DF: Ministério Da Educação, 2020. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2035\\_2020\\_Regulamento%20do%20Ensino%20T%C3%A9cnico%20de%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio%20Subsequente.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2035_2020_Regulamento%20do%20Ensino%20T%C3%A9cnico%20de%20N%C3%ADvel%20M%C3%A9dio%20Subsequente.pdf). Acesso em: 28 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO N.º 024-2013/CS-IFB. Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas –NAPNE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Brasília, DF: Ministério Da Educação, 2013. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/5694\\_024\\_Regulamento%20Napne.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/5694_024_Regulamento%20Napne.pdf). Acesso em: 26 dez. 2022.

NASCIMENTO, Priscila Pereira Mendes; CHAVES, Renzo Gonçalves; GUEDES, Sinara Nunes; MACHADO, Veruska Ribeiro. Síndrome de Asperger - Relato de uma experiência bem sucedida na educação profissional. In: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (org.). Caderno Espaço Inclusão. 2013. ed. v. 1. Brasília: Editora do Ifb, 2013. p. 126-143. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/view/191>. Acesso em: 27 dez. 2022.

PAGNO, Denise Danielli. Desafios para a Educação Profissional e Inserção Laboral de Trabalhadores com Deficiência no Município de Videira/SC In: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (org.). Caderno Espaço Inclusão. 2014. ed. v.2. Brasília: Editora do Ifb, 2014. p. 60-72. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/CEspln/issue/view/42>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ROCHA, Vânia Meneghini; CAMPOS, Campos. Apropriação Da Política Nacional Da Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva Nos Regulamentos Dos Napnes. In: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (org.). Caderno Espaço Inclusão. 2015. ed. v.3. Brasília: Editora do IFB, 2015. p. 128-137. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/CEspln/issue/view/43>. Acesso em: 27 dez. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A — MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

“Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Inclusão no IFB campus Gama - Uma análise do Curso Tecnólogo em Alimentos**”, desenvolvida por Ana Carolina Pires Martins, discente de Graduação em Licenciatura em Química do Instituto Federal de Brasília - IFB ,*campus* Gama, sob orientação da Professora Fernanda Araújo França.

“O objetivo central do estudo é: Verificar a implementação das políticas de inclusão no curso Tecnólogo em Alimentos do *campus* IFB Gama.”

“O convite a sua participação se deve à ser estudante do curso superior tecnólogo em Alimentos cadastrado no NAPNE do IFB *campus* Gama”.

“Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.”

“Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.”

“Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.”

“A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.”

“A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado(a), no entanto, a gravação é condição indispensável à participação”.

“O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e meia”.

“As entrevistas serão transcritas e seus arquivos de áudio armazenados, em arquivos digitais, mas somente terão acesso aos mesmos a aluna e sua professora orientadora”.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº 466/12.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de que verificando a implementação das políticas de inclusão no curso Tecnólogo em Alimentos do *campus* IFB Gama, podem ser identificados os motivos do sucesso ou não sucesso para posteriores melhorias ou/e expansão da política de inclusão.

Toda pesquisa possui riscos potenciais. Maiores ou menores, de acordo com o objeto de pesquisa, seus objetivos e a metodologia escolhida. Nessa pesquisa existe risco de constrangimento durante a entrevista ou algum tipo de gatilho emocional devido a alguma memória.

“Os resultados serão divulgados no Trabalho de Conclusão de Curso da aluna, sendo possível também sua utilização em artigos, Seminário e afins.”

O Termo é redigido em duas vias (Uma do participante e uma do pesquisador).

Contato Pesquisadora: [REDACTED], [REDACTED]

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Brasília. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Contato: [etica@ifb.edu.br](mailto:etica@ifb.edu.br).”

---

Assinatura do Pesquisador

**Brasília- DF , \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022**

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

## **APÊNDICE B — QUESTIONARIO QUALITATIVO PARA COORDENAÇÃO DO NAPNE**

- Qual o curso superior considerado mais inclusivo entre a equipe do NAPNE e professores?
- Qual o motivo de cadastro de cada um dos estudantes?
- Quais as informações obtidas previamente?
- Qual a situação quanto ao acompanhamento da grade prevista no PPC?
- Quais outras informações sobre os estudantes relevantes para o trabalho que podem ser passadas?
- Qual o suporte oferecido pelo NAPNE aos estudantes?
- De forma mais detalhada, quais ações realizadas para cada estudante do estudo?
- Qual participação e prestatividade dos professores para realizar a inclusão desses estudantes?
- Quais as falhas sobre o oferecimento do AEE?
- O que está sendo feito atualmente pelo IFB para resolver as falhas na inclusão?
- Quais os aspectos que dificultam mais a ação do NAPNE?